

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA PARA

Aquisição de brindes para a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica

(Referência **CPR 06/2025**)

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.^a - Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas técnicas e jurídicas a incluir nos contratos a celebrar com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (doravante designada por “Ciência Viva”), na sequência do presente procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de brindes, nos termos e condições melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. Os contratos objeto do presente procedimento distribuem-se por 6 (seis) lotes, melhor detalhados na cláusula 24.^a:
 - **Lote 1 – Fornecimento de brindes para o ESERO PORTUGAL;**
 - **Lote 2 – Fornecimento de brindes para os eventos internos da Programação;**
 - **Lote 3– Fornecimento de brindes para o Fórum Clubes Ciência Viva;**
 - **Lote 4– Fornecimento de brindes para a Escola Ciência Viva;**
 - **Lote 5– Fornecimento de brindes para o programa Circuitos Ciência Viva;**
 - **Lote 6 – Fornecimento de brindes para a Loja do Pavilhão do Conhecimento.**
3. A presente aquisição tem a Classificação **CPV** [Vocabulário Comum para os Contratos Públicos aprovado pelo Regulamento (CE) no. 213/2008 da Comissão, de 28/11/2007] – Vocabulário Principal: **18530000-3 – Prendas e brindes.**

1

Cláusula 2.^a – Contraente Público

O contraente público é a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com sede no Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva, Largo José Mariano Gago, 1, Parque das Nações, 1990-073 Lisboa, NIPC 504300156, telefone n.º (+351) 21 898 50 20 e correio eletrónico: compras@cienciaviva.pt.

Cláusula 3.^a - Local da entrega dos bens

Os bens objeto do contrato a celebrar, serão entregues, pelo Cocontratante, por sua conta, nas instalações do Contraente Público, sitas no Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva, Largo José Mariano Gago, 1, Parque das Nações 1990-073 Lisboa, de segunda a sexta-feira, entre as 10:00 Horas e as 18:00 Horas.

Cláusula 4.^a – Contratos

1. Os contratos serão reduzidos a escrito de acordo com o previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adiante designado por CCP.
2. A redução a escrito do contrato não é aplicável aos contratos cujo preço contratual seja inferior a 10.000,00€, nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, sendo os mesmos compostos pelos elementos previstos no n.º 2 do art.º 96.º do CCP.
3. Quando o contrato for reduzido a escrito, será composto pelo clausulado contratual e respetivos anexos.

Cláusula 5.^a – Prazo de vigência

Os contratos a celebrar terão início na data da respetiva assinatura, quando reduzidos a escrito, ou, assim não sendo, na data da comunicação pelo Contraente Público da conformidade dos documentos de habilitação, e terão o prazo de vigência de 12 (doze) meses ou até ao consumo integral do valor contratado, de acordo com as cláusulas

2

técnicas do presente caderno de encargos, iniciando a produção de efeitos na data da publicação no Portal Base.Gov..

Cláusula 6.^a - Prazo de fornecimento e entrega

1. O cocontratante, independentemente do(s) lote(s) a que o contrato diga respeito, obriga-se ainda a cumprir os seguintes prazos de entrega:
 - a) Entrega de uma unidade de cada artigo objeto do contrato a celebrar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de início do contrato, para efeitos de verificação e validação por parte do Contraente Público;
 - b) Entrega da totalidade dos bens, objeto do contrato a celebrar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após requisição por parte do Contraente Público, a qual ficará condicionada à verificação, validação e aceitação do(s) artigo(s) anteriormente inspecionado(s).

Cláusula 7.^a - Preço base total e por lote

1. Nos termos do n.º 3 do art.º 47.º do CCP, fixa-se, com fundamento no preço mais baixo por lote das cotações solicitadas mediante consulta preliminar efetuada ao mercado, o Preço Base Global de **37.810,75€ (trinta e sete mil, oitocentos e dez euros e setenta e cinco cêntimos)**, ao qual, sempre que aplicável, acresce IVA à taxa legal aplicável em vigor, entendido como o montante máximo estimado que a Ciência Viva se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, para a máxima vigência contratual.
2. O preço base do procedimento decompõe-se nos seguintes preços base de cada um dos lotes:
 - **Lote 1 – Fornecimento de brindes para o ESERO PORTUGAL**, no valor de 6.548,75€ (seis mil, quinhentos e quarenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;

- **Lote 2 – Fornecimento de brindes para os eventos internos da Programação**, no valor de 5.860,00€ (cinco mil, oitocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;
 - **Lote 3– Fornecimento de brindes para o Fórum Clubes Ciência Viva**, no valor de 11.790,00€ (onze mil, setecentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;
 - **Lote 4– Fornecimento de brindes para a Escola Ciência Viva**, no valor de 7.907,00€ (sete mil, novecentos e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;
 - **Lote 5 – Fornecimento de brindes para o programa Circuitos Ciência Viva**, no valor de 1.535,00€ (mil, quinhentos e trinta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;
 - **Lote 6 – Fornecimento de brindes para a Loja do Pavilhão do Conhecimento** no valor de 4.170,00€ (quatro mil, cento e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
3. Os preços referidos nos números anteriores da presente cláusula incluem todas as despesas, encargos e custos necessários ao integral cumprimento dos contratos objeto deste procedimento e cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente quaisquer custos com deslocações inerentes à entrega dos bens a fornecer.

Cláusula 8.^a – Preço contratual e condições de Pagamento

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, constantes do presente caderno de encargos, a Ciência Viva deve pagar ao cocontratante o valor resultante da proposta objeto de adjudicação, resultante da multiplicação dos preços unitários apresentados na proposta objeto de adjudicação, sobre as quantidades de bens objeto do contrato requisitados pelo Contraente Público, efetivamente fornecidos e entregues pelo Cocontratante durante o período de vigência contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço contratual para cada lote corresponderá ao preço contratual objeto de adjudicação.
3. O preço contratual a pagar no âmbito do fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar será pago após o fornecimento, entrega e aceitação dos referidos bens, na sequência da emissão e apresentação pelo cocontratante das correspondentes faturas, as quais terão o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias a contar da referida data.
4. A(s) fatura(s) deverá(ão) conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, o detalhe da tipologia dos bens fornecidos, assim como a referência do procedimento de formação de contrato: CPR 06/2025 e o lote ou lotes a que respeitam.
5. A fatura deverá ser emitida em nome do Contraente Público:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica

Largo José Mariano Gago, Parque das Nações n.º 1

1990-073 Lisboa

NIPC 504300156

Telefone n.º (+351) 21 898 50 20

Correio eletrónico: contabilidade@cienciaviva.pt

6. Nos termos do n.º 1 do artigo 299º-B do CCP, objeto de regulamentação pela Portaria n.º 289/2019 de 05 de setembro, o Cocontratante no âmbito da execução de contratos públicos, deverá emitir faturas eletrónicas, contendo os elementos previstos no n.º 1 da referida disposição, sempre que aplicáveis e o modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia. As faturas deverão ser enviadas, obrigatoriamente, mediante transmissão eletrónica de dados, através de plataforma de faturação eletrónica (EDI) para o efeito. O EDI de faturação eletrónica utilizado pela Entidade Adjudicante é a plataforma iLink, acessível através do site <https://www.ilink.pt/ilink/signup>.
7. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura-recibo já retificada.

5

8. Só serão devidos os valores referentes aos bens efetivamente entregues e aceites nos termos do presente caderno de encargos.
9. Não são admitidos, por conta de prestações a realizar, adiantamentos de preços.

Cláusula 9.^a - Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para o Cocontratante a obrigação principal de executar o objeto do contrato, de forma profissional e competente, nos seguintes termos:
 - a) Fornecer e entregar os bens, melhor identificados nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, conforme as características técnicas e funcionais nele definidas;
 - b) Cumprir, integral e tempestivamente, o prazo de entrega fixado na cláusula 6.^a deste Caderno de Encargos;
 - c) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
 - d) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias ao pontual e cabal fornecimento do objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
 - e) Nomear um contacto (Gestor de Contrato) que, tendo perfeito conhecimento do fornecimento a prestar, desempenhe o papel de interlocutor com o Contraente Público para todos os fins associados à execução do contrato e monitorização da qualidade do fornecimento;
 - f) Comunicar antecipadamente, ao Contraente Público, logo que destes tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das obrigações constantes no presente Caderno de Encargos;

- g) Não alterar as condições de fornecimento fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
 - h) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações e esclarecimentos que o Contraente Público solicite e que se afigurem como necessários à perfeita e completa execução do objeto do contrato a celebrar;
 - i) Não ceder, reproduzir, copiar ou transmitir por qualquer forma, gratuita ou onerosa, a terceiros ou para outros fins, que não os emergentes deste contrato, os dados e as informações transmitidas pelo Contraente Público no âmbito do fornecimento objeto do contrato a celebrar;
 - j) A inobservância do disposto na alínea anterior, implica, nos termos e para os efeitos legais, o dever de indemnização ao Contraente Público;
 - k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e/ou a sua situação comercial;
 - l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - m) Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas, direitos de propriedade industrial ou intelectual ou direitos conexos;
 - n) Responsabilizar-se por todos os prejuízos e danos causados, por si ou por subcontratados, ao Contraente Público, e que, por qualquer motivo, resultem da execução do contrato, da atuação do seu pessoal, ou do deficiente fornecimento e entrega dos bens;
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios, técnicos, humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa prossecução das tarefas a seu cargo.
3. Se a Ciência Viva vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados na alínea m) do n.º 1 da presente

cláusula, o cocontratante responderá nos termos do disposto no artigo 447.º, n.º 2 do CCP.

Cláusula 10.^a - Dever de Sigilo e Confidencialidade

1. O Cocontratante garantirá o sigilo e confidencialidade sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa, por qualquer causa, obter no âmbito da execução do presente contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. A obrigação de sigilo e confidencialidade do Cocontratante estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados bem como a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
6. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de vigência do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

Cláusula 11.^a - Proteção de Dados Pessoais

1. O Cocontratante e o Contraente Público obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeada e especialmente, ao art.º 28.º do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), outorgando acordo específico relativo ao tratamento de dados pessoais, aquando da celebração do contrato, nos termos que constam do Anexo I, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, quando aplicável, e para o IMPIC, IP.
2. Constituem obrigações do Cocontratante, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais do Contraente Público;
 - c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
 - d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;

- iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
 - f) Disponibilizar ao Contraente Público todas informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Contraente Público, ou decorrente de obrigação legal;
 - h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 32.º do RGPD;
 - j) Prestar assistência ao Contraente Público no sentido de assegurar, em especial, o cumprimento da obrigação de adoção de medidas de segurança do tratamento de dados pessoais tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Cocontratante.
 - k) Apoiar o Contraente Público na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
 - l) Solicitar ao Contraente Público, previamente e por escrito, autorização específica ou geral para efeitos de subcontratação do objeto do contrato a celebrar. Em caso de autorização geral por escrito, o Cocontratante informa o Contraente Público de quaisquer alterações pretendidas quanto à substituição do Cocontratante, dando assim ao Contraente Público a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Em caso de subcontratação do objeto do contrato a celebrar, serão transmitidas ao subcontratante todas as obrigações de realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do Contraente Público que sobre este impendem, designadamente a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas e conformes ao disposto no RGPD.

4. Na eventualidade de incumprimento, pelo subcontratante, das obrigações supramencionadas, o Cocontratante mantém-se plenamente responsável perante o Contraente Público pelo cumprimento das obrigações do subcontratante.
5. Para efeitos de cumprimento da obrigação decorrente do disposto no artigo 33.º do RGPD, o Concontratante notifica o Contraente Público de forma imediata, e sempre antes de estarem decorridas 72 (setenta e duas) horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.
6. Para o efeito, o Cocontratante deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
7. Finda a vigência do contrato, o Cocontratante obriga-se a eliminar/apagar ou devolver ao Contraente Público, consoante a opção definida pelo Gestor do Contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como a eliminar quaisquer outras cópias existentes.

Cláusula 11.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. O Cocontratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação de habilitação exigida ao Cocontratante no presente procedimento;
 - b) O Contraente Público apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
3. Em caso de incumprimento pelo Cocontratante das obrigações contratuais que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, admite-se expressamente a

possibilidade de cessão da posição contratual nos termos e condições previstos no artigo 318º-A do CCP.

Cláusula 12.^a - Políticas Horizontais

Em conformidade com o previsto no n.º 2 do art.º 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Cocontratante obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

Cláusula 13.^a - Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento pelo Cocontratante dos prazos de execução das suas obrigações contratuais fixados no presente contrato, por causa imputável ao Cocontratante, será aplicável ao Cocontratante uma penalidade, correspondente ao valor diário de 2º/ºº (dois por mil) sobre o preço contratual, até ao cumprimento integral ou à resolução do contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, as penas pecuniárias referidas no número anterior não deverão exceder 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% (dez por cento) do preço contratual até à verificação de incumprimento.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

12

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a - Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Cocontratante, de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, tratando de informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a - Resolução do Contrato

1. Na eventualidade de o Cocontratante não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, o Contraente Público notificá-lo-á para cumprir no prazo máximo de 8 (oito) dias.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, e sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes da cláusula referente às penalidades contratuais, no caso do Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, o Contraente Público pode optar por resolver o contrato, a título sancionatório, nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP, com fundamento em incumprimento definitivo.
3. Consiste, designadamente, fundamento para resolução com justa causa, as circunstâncias seguintes:
 - a) A não realização, por período superior a 8 (oito) dias, dos fornecimentos de bens objeto do contrato;

- b) A deficiente qualidade dos bens fornecidos ou a sua desconformidade com as especificações do Caderno de Encargos;
 - c) O incumprimento do dever de sigilo e confidencialidade e do RGPD.
 - d) O incumprimento reiterado de obrigações contratuais que tenham sido comunicadas nos termos do n.º 1 da presente cláusula.
4. O disposto nos n.ºs anteriores não prejudica o direito do Contraente Público às indemnizações a que, nos termos gerais, haja lugar.
5. Em caso de incumprimento grave das obrigações assumidas pelo Contraente Público, o Cocontratante tem direito a resolver o contrato, por sua iniciativa, nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª - Caução

Atendendo a que o valor do preço base máximo a admitir é inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 88º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 17.ª - Domicílio e Comunicações

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. Quando existam dúvidas acerca do significado de qualquer dos documentos contratuais, deve a parte colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. As notificações e as comunicações, entre o Contraente Público e o Cocontratante, devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com aviso de entrega, endereçados para as seguintes moradas ou contactos, que se elegem como domicílio:

CONTRAENTE PÚBLICO:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica

Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva

Largo José Mariano Gago n.º 1, Parque das Nações

1990-073 Lisboa

Contacto telefónico: (+351) 21 898 50 20

Correio eletrónico: compras@cienciaviva.pt

COCONTRATANTE:

[A completar]

Morada: [a completar]

Contacto telefónico: [a completar]

Correio eletrónico: [a completar]

4. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
5. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, se recebida em dia útil, ou no dia útil subsequente ao da receção, quando recebida em dia não útil.

Cláusula 18.^a - Representantes das Partes e Gestor do contrato

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, o qual desempenhará, para todos os fins associados à execução do contrato, o papel de interlocutor com a parte contrária.
2. Nos termos e para efeitos de cumprimento das disposições constantes no artigo 290.º-A do CCP, as funções de representante do Contraente Público e de Gestor do contrato, serão desempenhadas pelo responsável de loja da unidade de marketing, eventos e negócios, do departamento de programação, marketing e eventos da

16

Ciência Viva com a função de acompanhar permanentemente a sua execução e exercer as competências previstas na citada disposição legal.

3. Cada uma das partes obriga-se a informar a outra parte, por escrito, da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

Cláusula 19.^a - Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato, o caderno de encargos e eventuais esclarecimentos ou retificações a este, a proposta do Cocontratante e eventuais esclarecimentos ou retificações a esta.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a prevalência será determinada nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo relativamente a eventuais ajustamentos propostos nos termos do disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

Cláusula 20.^a – Contagem de prazos

Os prazos relativos à fase de execução do contrato, contam-se nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 21.^a – Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da apresentação da proposta, prestação de caução e celebração do contrato, são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 22.^a - Foro competente

Para resolução de todos e quaisquer litígios é eleito pelas partes, com expressa renúncia a qualquer outro, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – Juízo de Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a – Lei aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente clausulado e especificações, no que se refere à disciplina e execução do contrato de prestação de serviços a celebrar no âmbito do presente procedimento, aplicar-se-á o regime substantivo dos contratos administrativos estabelecido nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente.

Cláusulas Técnicas

Cláusula 24.^a – Descrição técnica do objeto do contrato

1. Os contratos relativos aos Lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 tem por objeto o fornecimento de diversos artigos de prendas e brindes, com as quantidades e especificações técnicas a seguir identificadas.
2. Qualquer eventual referência a marcas deve ser considerada como acompanhada da expressão “Tipo ou equivalente.”
3. As quantidades identificadas nos quadros seguintes referem-se às quantidades previstas por encomenda.

Lote 1 – Fornecimento de brindes para o ESERO PORTUGAL

Designação	Impressão	Quantidade
T-Shirt azul cyan em 100% algodão de 150grs, Tamanho S,M,L,XL. Decote redondo duplo	1 cor x 1 posição A5	500
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	Full color	1000
Lápis infinito fabricado em cartão reciclado. Reutilizável e com escrita infinita	1 cor x 1 posição	2000
Boné preto com rebordo branco. Fabricado em macio algodão 100% , com orifícios de ventilação bordados. Com fecho traseiro de fivela metálica ajustável na parte de trás. Cor: Preto.	1 cor x 1 posição	500
Pin em metal esmaltado recortado 30x12mm	1 cor x 1 posição	500
Lanyard de 1 metro com sublimação de design colorido. Este lanyard inclui impressão colorida num lado, enquanto o verso tem uma impressãode fita métrica (amarela, azul ou brnaca). O lanyard inclui um gancho de metal e pode segurar um cartão com nome, cartão de identificação ou chaves. Poliéster.	Full color 2 faces	625
Autocolante com laminação a brilho 50x80mm	2 cores	1000
Pulseira de Cetim	Full color x 1 posição	500
Bloco cosido na lombada A5 (costura singer com 60 folhas impressas 1 cor (bullet point + logo), capa e contracapa 474, papel couché 320gr rugoso	Full color 2 faces	500
Bloco cosido na lombada A6 (costura singer com 60 folhas impressas 1 cor (bullet point + logo), capa e contracapa 474, papel couché 320gr rugoso	Full color 2 faces	500

Lote 2 – Fornecimento de brindes para os eventos internos a cargo da Programação interna da Ciência Viva.

Designação	Impressão	Quantidade
T-Shirt azul cyan em 100% algodão de 150grs, Tamanho S,M,L,XL. Decote redondo duplo	1 cor x 1 posição	1000
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	1 cor	3000
Lápis infinito fabricado em cartão reciclado. Reutilizável e com escrita infinita	1 cor x 1 posição	2000
Boné preto com rebordo branco. Fabricado em macio algodão 100% , com orifícios de ventilação bordados. Com fecho traseiro de fivela metálica ajustável na parte de trás. Cor: Preto.	1 cor x 1 posição	1000

Lote 3– Fornecimento de brindes para o Fórum Clubes Ciência Viva

Designação	Impressão	Quantidade
Lanyard em poliéster com mosquetão de metal, Com aproximadamente 90 cm é impressa em sublimação a cores para todos os desenhos e em qualidade fotográfica; são impressas em ambos os lados.	2 faces 1 cor	3000
Badge A6 com furo (4/1) em cartolina trucard duo 400grs Personalização: de acordo com a arte final enviada (1 face full color)	1 face – Full color	3000
Saco 100% algodão (140 g/m²) com alças de 60 cm. Medida> 380 x 420 mm	1 face 1 cor	3000
Garrafa em alumínio com acabamento mate e mosquetão para facilitar o transporte. Capacidade até 540 mL. 66 x 216 mm	impressão a 1 cor 360º	3000
Memória USB de 16 GB de capacidade, com mecanismo giratório, com clip metálico	impressão a 1 cor 1 face	1000

Lote 4– Fornecimento de brindes para a Escola Ciência Viva

Designação	Impressão	Quantidade
Crachás americanos com clip plástico de 5,8cm, Personalização a cores. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	2500
Caderno tipo bloco c/Capa + 16 Páginas, agrafadas a 2 pontos de arame. Formato (pág.LxA) 148x210mm. Impressão 4/4 cores (seleção). Papel, CAPA em IOR Branco 300Gr., MIOLO em IOR Branco 170Gr.	Full color 2 faces	1500
Caderno tipo bloco c/Capa + 12 Páginas, agrafadas a 2 pontos de arame. Formato (pág.LxA) 148x210mm. Impressão 4/4 cores (seleção). Papel, CAPA em IOR Branco 300Gr., MIOLO em IOR Branco 170Gr.	Full color 2 faces	850
MOCHILAS POLIÉSTER 600D PARTE TRASEIRA E ASAS ACOLCHOADAS Detalhes técnicos : 28 x 38 x 12 cm 250 gr. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	1500
Estojo em 600D com um design cilíndrico. O fecho de correr condiz com as pegadas de abertura fácil. Disponível numa variada gama de cores. Ideal para o transporte de lápis. Medida: 210 x 85 x 65 mm. Cor: Azul-Claro	1 posição a uma cor.	850

20

Lote 5– Fornecimento de brindes para o programa Circuitos Ciência Viva

Designação	Impressão	Quantidade
Crachás metálicos de 40mm, em conjuntos de 250 imagens iguais. A Ciência Viva entregará 21 artes finais para serem impressas nos crachás.	1 cor x 1 posição	5250
Garrafa de alumínio de 550ml de capacidade. Fabricada em resistente alumínio, livre de BPA, cor vermelha; embalada em caixa.	1 cor x 1 posição	100

Lote 6 – Fornecimento de brindes para a Loja do Pavilhão do Conhecimento

Designação	Impressão	Quantidade
Lápis infinito	1 cor x 1 posição	3500
Saco pano 170grs com impressão	1 cor x 1 posição	1000
Boné brushed azul escuro	1 cor x 1 posição	500
Lanyard Simples C/ mosquete azul Cyan	1 cor	500
Garrafas de metal de 500ml	1 cor	500

Cláusula 25.^a – Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O cocontratante obriga-se a entregar à Ciência Viva os bens objeto do contrato a celebrar, sem quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações, quantidades e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O cocontratante é responsável perante a Ciência Viva por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 26.^a – Condições de transporte e entrega

1. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do cocontratante.

2. Os riscos na fase de transporte, de acondicionamento, da entrega são da exclusiva responsabilidade do cocontratante, sem quaisquer encargos adicionais para a Ciência Viva.
3. Os bens objeto do presente Caderno de Encargos deverão ser:
 - a) Novos e entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
 - b) devidamente acondicionados e identificados.
4. A entrega dos bens objeto do presente Caderno de Encargos deverá ser acompanhada de guia de remessa, da qual deve constar:
 - a) a data de adjudicação e a referência do procedimento – **CPR 06/2025 e a referência ao lote ou lotes a que respeitam;**
 - b) a data de entrega dos bens;
 - c) a identificação do Cocontratante;
 - d) o local de entrega;
 - e) a identificação dos bens fornecidos e o n.º de unidades entregues.
5. A cópia da guia de remessa fica na posse do Cocontratante, constituindo prova da entrega dos bens.

Cláusula 27.^a – Verificação e aceitação dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens nos termos previstos, a Ciência Viva procede à aceitação provisória dos mesmos através de uma inspeção quantitativa e qualitativa, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na requisição e se reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de inspeção dos bens objeto do contrato a celebrar, o cocontratante deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Após a fiscalização/verificação dos bens a entregar, o Contraente Público pode:
 - a) validar, aceitar e receber a totalidade dos bens disponibilizados;
 - b) devolver os excedentes;

22

- c) solicitar a entrega dos bens em falta;
 - d) rejeitar os bens que apresentem deficiência de qualidade;
4. Sempre que da verificação efetuada, resultar alguma desconformidade dos bens objeto do presente Caderno de Encargos com as exigências contratuais ou legais, o Contraente Público obriga-se a comunicar, de imediato, ao Cocontratante, quaisquer defeitos ou discrepâncias, iniciais ou supervenientes nos bens entregues, em relação às características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, reservando-se no direito de recusar/devolver a produção final, total ou parcialmente, devendo para o efeito informar o Cocontratante de tal facto, no prazo de 3 (três) dias úteis.
5. A rejeição, nos termos da presente cláusula, dos bens que houverem sido disponibilizados, não confere, ao Cocontratante, o direito a qualquer indemnização.
6. Constitui obrigação do Cocontratante, proceder, às suas expensas e no prazo razoável que lhe for determinado pelo Contraente Público, à correção ou eliminação dos defeitos, anomalias ou desconformidades verificadas nos bens a produzir e entregar, incluindo a obrigação de proceder à substituição dos bens defeituosos, se outro meio não se revelar apto a assegurar estes resultados, a fim de garantir a sua conformidade com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos.
7. A entrega de bens em quantidade inferior ao adjudicado ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.

Cláusula 28.^a - Garantia

- 1. O Cocontratante garantirá, sem qualquer encargo para a Contraente Público, os bens fornecidos quanto a defeitos que os mesmos apresentem, pelo prazo legal mínimo de 3 (três) anos.
- 2. O prazo de garantia referido no número anterior, conta-se a partir da data de aceitação dos bens, que integram o fornecimento.

3. Durante o prazo de garantia, o Cocontratante compromete-se a intervir e a proceder no prazo máximo de 8 (oito) dias subsequentes à solicitação da sua intervenção pela Contraente Público e a reparar os defeitos que se verifiquem nos bens fornecidos, sem qualquer custo para a Contraente Público.
4. Durante o prazo de garantia, caso seja necessário substituir total ou parcialmente os bens fornecidos, para reparar o defeito, esta intervenção não deverá acarretar qualquer custo para a Contraente Público.
5. Para efeitos do número anterior, o Cocontratante deverá disponibilizar um contacto técnico de suporte.

Anexo I - Acordo de Tratamento de Dados Pessoais

Entre:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com sede Largo José Mariano Gago, Parque das Nações, 1990-073 Lisboa – Portugal, com o número de matrícula e pessoa coletiva nº 504300156, neste ato devidamente representada por Maria Rosalia Vargas Esteves Lopes da Mota e por Susana Maria Lopes Ferreira, com poderes para o ato, **de ora em diante designada por Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica ou RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO;**

E:

_____, com sede _____-, com o número de matrícula e pessoa coletiva nº _____, neste ato devidamente representada pelo seu gerente _____, com poderes para o ato, de ora em diante designada por FORNECEDOR;

De ora em diante identificados conjunta e abreviadamente como “partes”, reconhecem mutuamente a capacidade jurídica necessária para contratar e ficar vinculada pelos termos decorrentes do presente Acordo de Tratamento de Dados Pessoais.

Considerando que;

- a. A Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e o FORNECEDOR mantêm uma relação contratual para o Fornecimento de brindes destinados a diversas atividades educativas.
- b. Em cumprimento das disposições constantes das Leis de Proteção de Dados, nomeadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados, as partes acordam estabelecer o presente clausulado que constitui adenda ao

25

Contrato Principal, cujos termos e condições permanecerão em pleno vigor e efeito.

1. Objeto

A presente adenda tem como finalidade regular os termos e condições do acesso a dados pessoais da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica por parte do FORNECEDOR no âmbito da sua prestação de serviços, por forma a assegurar a conformidade com as leis de proteção de dados e a defesa dos direitos do titular dos dados.

2. Confidencialidade

2.1. No âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes o FORNECEDOR não deve aceder a arquivos, documentos ou qualquer outro tipo de ficheiros que contenham ou não dados pessoais que pertençam à Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

2.2. Se por algum motivo, o FORNECEDOR, tiver acesso a dados pessoais da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica compromete-se a tratar como estritamente confidencial a informação acedida.

2.3. Para efeitos do presente Contrato, considera-se “Informação Confidencial” toda e qualquer informação, independentemente do seu formato de origem, de trabalho ou de envio, e, em geral, tudo o que disser respeito a documentação, bases de dados, sistemas e outras informações da propriedade da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, ou relativa à atividade das Partes, dos seus clientes, órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores e prestadores de serviços, que não seja do conhecimento público.

2.4. O FORNECEDOR obriga-se a:

- a. Não revelar, divulgar, transmitir ou tornar por qualquer forma conhecida, no todo ou em parte, a Informação Confidencial a que tenha acesso, abstendo-se de a revelar a terceiros;

- b. Avisar e informar os seus colaboradores, empregados e prestadores de serviços das obrigações de confidencialidade que sobre eles impendem e tomar as necessárias medidas para que eles mantenham essa confidencialidade;
 - c. Cumprir a legislação sobre a proteção de dados pessoais, bem como as determinações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
- 2.5. As obrigações enunciadas no presente Contrato abrangem todos os colaboradores internos ou externos, prestadores de serviços, representantes ou consultores do FORNECEDOR, ou de qualquer Empresa do grupo a que pertença, que venham a ser chamados a praticar qualquer ato que possa implicar o acesso accidental, fortuito ou por qualquer outra circunstância, a Informação Confidencial, o qual deverá tomar todas as diligências com vista ao seu cumprimento.
- 2.6. A presente cláusula não é aplicável à informação que:
- a. É ou se torna publicamente conhecida por motivo diferente do incumprimento do presente Contrato;
 - b. Informação obtida no cumprimento da Lei;
 - c. Informação que seja transmitida ao FORNECEDOR por terceiro, que a obteve de forma legítima, e desde que a divulgação da mesma seja devidamente autorizada, expressamente, por escrito, pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, de que tal não constitui violação do dever de confidencialidade;
 - d. Toda a informação cuja divulgação pública haja sido autorizada pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;
 - e. Informação que seja objeto de divulgação por imposição de ato judicial ou administrativo, desde que emitido por órgão competente.
- 2.7. A presente cláusula não caduca, designadamente, com a resolução, revogação ou cessação do Contrato de prestação de serviços existente entre as partes.
- 2.8. A presente cláusula mantém-se igualmente em vigor, no caso de cessão de posição contratual no presente Contrato, carecendo, tal cessão, sempre da

autorização escrita da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

- 2.9. As partes obrigam-se a proceder de boa-fé em tudo o que diga respeito ao presente Contrato, tendo sempre presente o carácter essencial da confidencialidade da informação da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

3. Condições Gerais

- 3.1. Nenhuma das cláusulas acordada na presente adenda reduz as obrigações do FORNECEDOR ou da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica estipuladas nos termos do Contrato Principal em relação à proteção dos Dados Pessoais.
- 3.2. Se, em qualquer momento posterior à assinatura da presente adenda, qualquer disposição do mesmo vier a ser declarada nula ou inexistente, ou anulada, tal facto não implicará a invalidade das restantes disposições contratadas.

O presente Acordo será assinado, num único exemplar, que fará parte do presente contrato, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado de assinatura digital qualificada ou assinatura autógrafa, por todos os outorgantes, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura, ficando cada uma das partes na posse de um documento digital integralmente assinado.